



MUNICÍPIO DE SANTA MARTA DE PENAGUIÃO
CÂMARA MUNICIPAL

ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA
15 DE SETEMBRO DE 2015

N.º 19/2015

PRESIDÊNCIA: Dr. Luís Reguengo Machado, Presidente da Câmara. -----

VEREADORES PRESENTES: Dr.ª Silvia da Fonseca Silva, José Manuel Moreira Lopes e Prof.ª
Sandra Maria Morais Guedes Gonçalves. -----

AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS: Aníbal Pinto Prior. -----

SECRETARIOU: Dr. António Augusto Amaral Sequeira, Chefe de Divisão. -----

HORA DE ABERTURA: 10:00. -----

OUTRAS PRESENÇAS: Não Houve. -----

ACTA DA REUNIÃO ANTERIOR: Aprovada em minuta no final da respetiva reunião. -----



SUMÁRIO

ANTES DA ORDEM DO DIA

Pág.

- 1 – Declaração da Senhora Vereadora do PPD/PSD, Prof.ª Sandra Maria Morais Guedes Gonçalves..... 4

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

- 1 – Plano de Plurianual de Investimentos e Plano de Atividades Municipais – Revisão 4
- 2 – Desafetação de uma Parcela do Domínio Público para o Domínio Privado do Município, Destinada à Criação de uma “Bolsa de Solos” a afetar à Construção..... 6
- 3 – Execução da Obra Pública “Prolongamento do Caminho”. Disponibilização de Parcela de Terreno de 330 m2 Indispensável à Concretização do Referido Projecto – Adopção de Resolução a Requerer a Utilidade Pública da Expropriação – Atribuição de Carácter Urgente à DUP, nos termos do disposto no artigo 15º do Código das Expropriações..... 8
- 4 – Contrato n.º A1402: “Prestação de Serviços de Gestão dos Resíduos Urbanos e Higiene Urbana dos concelhos do Vale do Douro-Norte – Lote 2”..... 11

DIVISÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E DE RECURSOS HUMANOS

Serviços de Tesouraria

- 5 – Resumo dos Fluxos de Caixa até 10 de setembro de 2015 14

EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO AÇÃO SOCIAL E TURISMO

Serviços da Educação

- 6 – Transportes Escolares – Contrato Interadministrativo com as Juntas de Freguesia..... 15
- 7 – Atividades de Enriquecimento Curricular – Retificação da minuta do Protocolo de Colaboração a celebrar entre o Município e o Agrupamento de Escolas de Santa Marta de Penaguião..... 16



Serviços de Desporto

- 8 – Planos de Desenvolvimento Desportivo do Real Clube Penaguião, Sporting Club da Cumieira e Associação Futebol Clube de Santa Marta de Penaguião..... 17
- 9 – Associação Regional de Natação do Nordeste - Assessoria Técnica – Piscina Municipal..... 18

Serviços do Turismo

- 10 – Oferta Turística – Tuk Tuk..... 19



ANTES DA ORDEM DO DIA

**Declaração da Senhora Vereadora do PPD/PSD,
Prof.ª Sandra Maria Morais Guedes Gonçalves**

----- 1 – A Senhora Vereadora do PPD/PSD, Prof.ª Sandra Maria Morais Guedes Gonçalves, apresenta a seguinte declaração: -----

----- “Sandra Maria Morais Guedes Gonçalves, na qualidade de Vereadora pelo partido PPD/PSD da Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião, apresenta a seguinte declaração: -----

----- “Na ata n.º 12, realizada no dia 02 de junho de 2015, relativamente ao ponto 2, “Prestação de Serviços – Celebração de Contrato na Modalidade de Contrato de Avença” e uma vez que os vereadores eleitos pelo PPD/PSD não tiveram conhecimento dos processos individuais das funcionárias, votaram a favor da respetiva celebração do contrato.-----

----- Para a celebração do mesmo, consta um parágrafo onde refere e passo a citar: “Considerando a impossibilidade de satisfazer esta necessidade através de trabalhadores providos no mapa de pessoal, dada a inexistência de trabalhadores com qualificação técnica que permitam garantir, de forma eficaz, a execução dos serviços objeto do contrato”, não sendo de todo verdade, pois existem duas funcionárias licenciadas na referida área, como é do total conhecimento do executivo, pois ambas tiveram licença/autorização para frequentar as aulas como trabalhadoras-estudantes e como estas se sentem de alguma forma injustiçadas, solicitaram-me que tentasse repor a verdade dos factos.” -----

----- Data: Santa Marta de Penaguião. 15 de setembro de 2015. -----

----- A Vereadora do PSD, -----

----- Assinatura: Sandra Guedes Gonçalves.” -----

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Plano de Plurianual de Investimentos e Plano de Atividades Municipais

– Revisão

----- 1 – Presente à reunião proposta do Senhor Presidente da Câmara, Dr. Luís Reguengo Machado, com o seguinte teor: -----

Município de Santa Marta de Penaguião
Câmara Municipal
Ata n.º 19 de 15 de setembro de 2015



----- “Pretendendo o executivo elaborar uma candidatura ao Portugal 2020, no âmbito Regeneração Urbana torna-se necessário delimitar a área de reabilitação urbana (ARU), que se almeja reabilitar bem como a elaboração do Plano de Ação de Regeneração Urbana (PARU). -----

----- Incluir no seu PPI e PAM novos projetos como, a Elaboração de cadastro das infraestruturas existentes dos sistemas em baixa de Abastecimento de água (AA) e de saneamento de águas residuais (SAR), Rede de defesa de Florestas contra incêndios, Rede de drenagem de águas pluviais em vários locais do concelho e ARU de Santa Marta – Plano de acção para a regeneração urbana. -----

----- Alguns destes projetos, vão ser objeto de candidatura a fundos comunitários, pelo que é necessário dotar as respetivas rubricas do valor correspondente a cabimentar. -----

----- Assim, considerando que dos documentos previsionais do ano em curso não se encontram inscritos n os projetos/acção acima referidos, torna-se necessário proceder à revisão do Plano Plurianual de Investimentos e para o Plano de Atividades Municipais com o ano em curso e a correspondente alteração do orçamento da despesa. -----

----- Proponho que de acordo com os pontos 8.3.1.2 e 8.3.2.2 do POCAL, a Câmara Municipal aprove nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo à Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro, a Revisão das Grandes Opções do Plano e Alteração do Orçamento da Despesa, documento que se anexa à presente proposta e da qual fica a fazer parte integrante, dando a mesma ser submetida à Assembleia Municipal de acordo com a alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo à Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro. -----

----- **Deliberação: Aprovar, por maioria, com a abstenção da Senhora Vereadora do PPD/PSD, Prof.ª Sandra Maria Morais Guedes Gonçalves, a Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos e o Plano de Atividades Municipais, de acordo com a proposta apresentada, e submeter à Assembleia Municipal, para aprovação de acordo com o disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----**

O Senhor Presidente da Câmara e os Senhores Vereadores do PS, fizeram a seguinte declaração: -----

----- “Tendo em conta a abstenção da Senhora Vereadora do PPD/PSD, a qual se deve, essencialmente, ao profundo desconhecimento dos



instrumentos de Gestão Municipal, o Município ficaria inibido de se candidatar aos fundos comunitários cujos avisos vão abrir em novembro. -----

----- Mais uma vez o Presidente da Câmara e os Vereadores do PS manifestam competência, responsabilidade e confiança ao assegurarem todos os meios possíveis para que o município se possa candidatar aos referidos fundos e não perca os apoios a que tem direito e que todos os penaguienses, sem exceção, merecem. -----

Desafetação de uma Parcela do Domínio Público para o Domínio Privado do Município, Destinada à Criação de uma “Bolsa de Solos” a afetar à Construção

----- 2 – Presente à reunião proposta do Senhor Presidente da Câmara, Dr. Luís Reguengo Machado, com o seguinte teor: -----

----- “Considerando que: -----

----- Nos termos do disposto na alínea a), do nº2, do artigo 23º, sob a epígrafe “Atribuições do Município”, do Anexo I à Lei nº 75/13, de 12, de Setembro, que estabelece o quadro de transferências de atribuições para as autarquias locais os municípios dispõem, entre outras, de atribuições na área do Equipamento rural e urbano. -----

----- No passado recente, foram realizados alguns investimentos em “ruas e arruamentos”, designadamente a Variante de Santa Comba. A execução da obra supra, obrigou à aquisição de terrenos que integraram a esfera do domínio público da autarquia. Após, a sua conclusão aferiu-se que uma parte remanescente de um dos terrenos não foi ocupada, encontrando-se atualmente sem aproveitamento, originando impactos negativos na qualidade ambiental da Vila de Santa Marta. -----

----- O Executivo Municipal tem associado à sua estratégia uma política de solos adequada, indissociável do correto ordenamento do território, mas também a adoção de princípios de boa gestão do seu domínio público, torna-se imperioso que a parcela de terreno, cujo, aproveitamento se pretende para a construção, seja incorporada no domínio privado Municipal. --

Município de Santa Marta de Penaguião
Câmara Municipal
Ata n.º 19 de 15 de setembro de 2015



----- **Tenho a honra de propor que a Câmara delibere, ao abrigo do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º e da alínea q) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/13, de 12 de Setembro submeter à apreciação e votação da Assembleia Municipal:** -----

----- A desafetação para o domínio privado do Município, e para os fins anteriormente enunciados – construção – da parcela de terreno, com a área de 177,00 m², sito na variante de Santa Comba, União de Freguesias de Lobrigos (São Miguel e São João de Baptista) e Sanhoane a desanexar do artigo primitivo 221-C, da freguesia de São Miguel, descrito na Conservatória do Registo Predial de Santa Marta de Penaguião sob o n.º3), conforme processo n.º 01/15, em anexo à presente proposta. A referida parcela de terreno encontra-se graficamente representada na planta (anexo I) que contem os elementos essenciais, designadamente, as suas confrontações e respetiva área, incluindo o seu valor patrimonial, com vista à sua ulterior inscrição matricial. -----

----- Obtida tal decisão administrativa por parte do órgão deliberativo, deverá o presente processo ser remetido a unidade orgânica responsável pelo património da Autarquia, com vista à prática de todos os atos necessários ao efetivo registo da aludida parcela em nome do Município, designadamente, divulgação pública de tal desafetação através de Edital, sua inscrição matricial e posterior registo na Conservatória do Registo Predial de Santa Marta de Penaguião." -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, proceder à desafetação da parcela nos termos da proposta e submeter ao abrigo do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I à Lei n.º 75/13, de 12 de Setembro, à apreciação e votação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea q) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I à referida Lei.** -----



Execução da Obra Pública “Prolongamento do Caminho”. Disponibilização de Parcela de Terreno de 330 m2 Indispensável à Concretização do Referido Projecto
Adopção de Resolução a Requerer a Utilidade Pública da Expropriação
Atribuição de Carácter Urgente à DUP, nos termos do disposto no artigo 15º do Código das Expropriações.

----- 3 – Presente à reunião proposta do Senhor Presidente da Câmara, Dr. Luís Reguengo Machado, com o seguinte teor: -----

----- “I - Antecedentes e Justificação-----

----- 1 – De acordo com os instrumentos de gestão financeira em vigor no Município de Santa Marta de Penaguião para o ano económico de 2015, devidamente aprovados pelos órgãos autárquicos competentes – Câmara Municipal e Assembleia Municipal -, a Autarquia encontra-se plasmada a execução da empreitada denominada “Construção do Prolongamento do Caminho do Alto de Banduge”. -----

----- 2 – Tal empreitada encontra-se inscrita no Plano Plurianual de Investimentos, sob o objectivo 3.3.1, com a classificação económica “02/07.03.03.08”, com o projecto/Ação número 102/2014, cuja cópia, nessa parte, se anexa à presente proposta sob o número 1. -----

----- 3 – O Projecto de execução em causa, consubstanciado na requalificação e prolongamento, em regime de empreitada de obras públicas, de uma via municipal “Caminho do Alto de Banduge”, assegurará a ligação entre a via principal do aglomerado urbano e o lugar denominado de Vinha Nova (atualmente sem acessos rodoviários), assenta no inegável interesse público em implementar uma ligação rodoviária para dar satisfação a necessidades públicas primordiais, mais especificamente, o acesso aos Bombeiros e ao INEM para evacuar/transportar as pessoas residentes no local. Ora, não esquecemos que a população residente no local é basicamente idosa com problemas associados a esta fase de vida, mais especificamente, problemas de mobilidade reduzida que afetam extremamente a qualidade de vida. A falta de acessos a viaturas obriga-os a percorrer a média de 350 m por uma encosta íngreme, cuja, pendente é de 20% e com auxílio de terceiros para chegar à via principal. -----



---- Convenhamos, que na atualidade realidades como a descrita devem ser sanadas até porque o acesso ao INEM e aos Bombeiros deve ser garantido, pois a vida é o bem mais precioso do ser humano, mas sem dignidade não tem qualquer significado. -----

---- 4 – Foram estes fundamentos de interesse público que estiveram suprajacentes à aprovação do projecto de execução da obra supra referida, pelo órgão executivo do município, na sua reunião ordinária realizada no passado dia 17 de Março do corrente ano. -----

---- 5 – A prossecução de tal objetivo integra-se, inquestionavelmente, no âmbito das atribuições cometidas ao Município pela alínea a), do nº2, do artigo 23º, sob a epígrafe “Atribuições do Município”, do Anexo I à Lei nº 75/13, de 12, de Setembro, encontrando-se legalmente justificada a causa de utilidade pública a prosseguir e subjacente à realização de tal projecto. -----

---- 6 – O valor contemplado no P.P.I, mais especificamente no objectivo 3.2.0, com a classificação económica “02-07.01.01”, com o código de acção 01.03 e projecto número 46/2008, assegura a cabimentação de verba necessária aos custos inerentes à expropriação que, em sede de avaliação prévia, realizada pelo perito da lista oficial, Engº Manuel Simões, se encontram estimados em € 370 (trezentos e setenta euros), cuja, informação de cabimento de verba se anexa à presente proposta sob o n.º 2. -----

---- 7 – Encontram-se, assim, reunidos os pressupostos legitimadores – causa de utilidade pública e existência de norma habilitante – indispensáveis à promoção do procedimento expropriativo tendente à disponibilização do imóvel e ou dos direitos a ele inerentes, necessários à materialização de tal projecto.. -----

---- 8– O bem imóvel necessário para a execução do projecto em causa, e que será objecto do procedimento expropriativo, consta do “Mapa de Expropriações”, documento, cujo, teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, e que se anexa à presente Proposta sob o nº. 3, no qual se encontram mencionados os seguintes elementos, face ao Artigo 10º do Código das Expropriações, tidos como essenciais, a saber: -----

a) Identificação do bem a expropriar, com referência ao número atribuído à parcela de terreno, área, respectiva situação por freguesia, inscrição matricial e descrição na Conservatória, quando existem, bem como por planta parcelar contendo as coordenadas dos pontos que definem os limites da área a expropriar, nos termos do disposto no nº2, do Artigo 10º do C.E.; -----



b) Identificação dos proprietários, pelo nome e morada, bem como de outros interessados na expropriação; -----

c) Estimativa dos encargos com a expropriação dos bens imóveis em causa, bem como com indemnização autónoma de arrendamento; -----

d) Previsão em instrumento de gestão territorial para os imóveis a expropriar e para a zona da sua localização. -----

----- II - Da Proposta em Sentido Estrito-----

----- Considerando os elementos fundamentadores anteriormente evidenciados, indissociáveis não só, da determinação da causa de utilidade pública que está na génese da concretização do projecto/obra pública em questão, mas também da urgência de disponibilização dos bens imóveis a expropriar, indispensável à prossecução de tal objectivo, uma vez que se encontra em questão a satisfação de necessidades públicas primordiais, mais especificamente, o acesso aos Bombeiros e ao INEM para evacuar/transportar as pessoas residentes; -----

----- Considerando que, face aos elementos instrutórios que dão suporte à presente proposta, se encontram reunidos os pressupostos legitimadores para o pedido, por parte do Município, da atribuição do carácter de urgência à expropriação, nos precisos termos em que tal acto se encontra legalmente positivado no Artigo 15º, do Código das Expropriações; -----

----- **Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião delibere, ao abrigo do disposto no art.º n.º 33º, n.º 7, alínea vv) do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro de 2013, requerer ao membro do governo competente, nos termos dos art.ºs 10º, 12º, n.º 1, 13º, n.º 1, 14º, n.º 1 e 15º, n.ºs 1 e 2, da Lei n.º 168/99, de 18 de Setembro, na redação atual (Código das Expropriações): -----**

----- 1. A declaração de utilidade pública da expropriação, com carácter de urgência, da parcela de terreno, número 1, infra referida, e de todos os direitos a ela inerentes, necessários à execução da obra pública "Prolongamento do Caminho do Alto de Banduge", com a fundamentação de fato e de direito consubstanciada nos considerandos supra, que para todos os efeitos são parte integrante da presente deliberação; -----

----- 2. A autorização de posse administrativa dos bens a expropriar, em face da urgência e enorme interesse público na execução do Prolongamento do Caminho do Alto de Banduge; -----

----- 3. A aprovação de um valor de € 370 (trezentos e setenta euros), relativo aos encargos a suportar com a expropriação, em conformidade com os relatórios do perito avaliador. -----



---- 4. Por último, caso a presente proposta venha a merecer acolhimento por parte do Executivo Camarário, deverá, o Presidente da Câmara, em sede de execução de tal decisão, notificar os interessados conhecidos, por carta registada com aviso de receção, da resolução de requerer a utilidade pública da expropriação, no cumprimento do disposto no n.º 5, do citado artigo 10º, do C.E.” -----

---- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, nos termos da proposta.** -----

Contrato n.º A1402: “Prestação de Serviços de Gestão dos Resíduos Urbanos e Higiene Urbana dos concelhos do Vale do Douro-Norte – Lote 2”

---- 4 – Presente à reunião proposta do Senhor Presidente da Câmara, Dr. Luís Reguengo Machado, com o seguinte teor: -----

---- “Considerando que: -----

---- Entre a Associação de Municípios do Vale do Douro-Norte (AMVDN) e o Agrupamento constituído pelas empresas **ECOAMBIENTE** – Consultores de Engenharia, Gestão e Prestação de Serviços, S.A., e **RESUR** – Gestão de Resíduos e Higiene Urbana, Lda, foi celebrado, em 27/06/2014 o contrato n.º A1402: “Prestação de Serviços de Gestão dos Resíduos Urbanos e Higiene Urbana dos concelhos do Vale do Douro-Norte – Lote 2”, pelo período de três anos com efeitos a partir de 1/8/2015; -----

---- O caderno de Encargos do procedimento que antecedeu o Contrato prevê, no n.º 2 do art.º 12º a possibilidade da AMVDN “ceder, no todo ou em parte, a sua posição no contrato aos municípios associados”; -----

---- É do interesse da AMVDN ceder aos municípios associados a sua parte do Contrato e é do interesse do Município assumir a responsabilidade direta pela sua parte do Contrato; -----

---- O valor da despesa em causa para o período de vigência indicado é de 250 757,64 € duzentos e cinquenta mil, setecentos e cinquenta e sete euros e sessenta e quatro centavos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor de 6% no montante de 15 045,46€, (quinze mil, quarenta e cinco e euros e quarenta e seis centavos) totalizando a quantia global de 265 803,10 €

Município de Santa Marta de Penaguião
Câmara Municipal
Ata n.º 19 de 15 de setembro de 2015



(duzentos e sessenta e cinco mil, oitocentos e três euros e dez cêntimos), deduzido do valor da faturação a vencer relativamente aos meses de Agosto e Setembro de 2015, cujo, pagamento compete nos termos contratualmente fixados à Associação de Municípios do Vale do Douro Norte; -----

----- A despesa em causa terá enquadramento na rubrica económica 02/02.02.25, Projecto/Ação 31/2015, a incluir na 2.º revisão do PAM 2015 a levar à próxima sessão da Assembleia Municipal. -----

----- Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião delibere: ---

----- 1. Autorizar a cessão da posição contratual do contrato n.º A1402: "Prestação de Serviços de Gestão dos Resíduos Urbanos e Higiene Urbana dos concelhos do Vale do Douro-Norte – Lote 2" outorgado entre AMVDN e o Agrupamento em 27/06/2014, assumindo todos os direitos e obrigações que integram a posição contratual a transmitir, cuja, outorga do acordo fica condicionada às seguintes premissas: -----

1.1 Aprovação da autorização prévia para assunção dos compromissos plurianuais por parte da Assembleia Municipal; -----

1.2 Inclusão da rubrica económica 02/02.02.25, Projecto/Ação 31/2015, no PAM 2015;

1.3 Constituição da garantia bancária por parte da ECOAMBIENTE a favor do Município. -----

----- 2. Autorizar a realização da despesa no valor de 250 757,64 € (duzentos e cinquenta mil, setecentos e cinquenta e sete euros e sessenta e quatro cêntimos), **acrescido de IVA à taxa legal em vigor de 6% no montante de 15 045,46 €**, (quinze mil, quarenta e cinco e euros e quarenta e seis cêntimos) totalizando a quantia global de 265 803,10 € (duzentos e sessenta e cinco mil, oitocentos e três euros e dez cêntimos), deduzido do valor da faturação a vencer relativamente aos meses de Agosto e Setembro de 2015, cujo, pagamento compete nos termos contratualmente fixados à Associação de Municípios do Vale do Douro Norte. -----

----- 3. Propor à Assembleia Municipal de Santa Marta de Penaguião, de harmonia com a alínea b), do número 1, conjugado com o número 6, do artigo 22.º do Decreto-Lei 197/99 de 8 de junho, a aprovação da seguinte repartição de encargos, bem como a assunção de compromissos plurianuais tendo por base a alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro (LPCA): -----



- a) Ano económico de 2015: 20 896,47 € (vinte mil, oitocentos e noventa e seis euros, e quarenta e sete cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor de 6% no montante de 1 253,79 € (mil, duzentos e cinquenta e três euros, e setenta e nove cêntimos), totalizando a quantia de 22 150,26 € (vinte e dois mil, centos e cinquenta euros e vinte e seis cêntimos), deduzido do valor da faturação a vencer relativamente aos meses de Agosto e Setembro de 2015, cujo, pagamento compete nos termos contratualmente fixados à Associação de Municípios do Vale do Douro Norte; -----
- b) Ano económico de 2016: 83 585,88 € (oitenta e três mil, quinhentos e oitenta e cinco euros e oitenta cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor de 6% no montante de 5 015,15 € (cinco mil, e quinze euros, e quinze cêntimos), totalizando a quantia de 88.601,03 € (oitenta e oito mil, seiscentos e um euros e três cêntimos); -----
- c) Ano económico de 2017: 83 585,88 € (oitenta e três mil, quinhentos e oitenta e cinco euros e oitenta cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor de 6% no montante de 5 015,15 € (cinco mil, e quinze euros, e quinze cêntimos), totalizando a quantia de 88.601,03 € (oitenta e oito mil, seiscentos e um euros e três cêntimos); -----
- d) Ano económico de 2018: 62 689,41 € (sessenta e dois mil, seiscentos e oitenta e nove euros, e quarenta e um cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor de 6% no montante de 3 761,36 € (três mil, setecentos e sessenta e um euros, e trinta e seis cêntimos), totalizando a quantia de 66.450,77 € (sessenta e seis mil, quatrocentos e cinquenta euros e setenta e sete cêntimos).” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, nos termos da proposta:** -----

- 1 - Autorizar a cessão da posição contratual do contrato n.º A1402: “Prestação de Serviços de Gestão dos Resíduos Urbanos e Higiene Urbana dos concelhos do Vale do Douro-Norte – Lote 2” outorgado entre AMVDN e o Agrupamento em 27/06/2014. -----**
- 2 - Autorizar a realização da despesa no valor de 250 757,64 € (duzentos e cinquenta mil, setecentos e cinquenta e sete euros e sessenta e quatro cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor de 6% no montante de 15 045,46 €, (quinze mil, quarenta e cinco e euros e quarenta e seis cêntimos) totalizando a quantia global de 265 803,10 € (duzentos e**

Município de Santa Marta de Penaguião
Câmara Municipal
Ata n.º 19 de 15 de setembro de 2015



sessenta e cinco mil, oitocentos e três euros e dez cêntimos), deduzido do valor da faturação a vencer relativamente aos meses de Agosto e Setembro de 2015, cujo, pagamento compete nos termos contratualmente fixados à Associação de Municípios do Vale do Douro Norte. -----

3 – Propor à Assembleia Municipal, de harmonia com a alínea b), do número 1, conjugado com o número 6, do artigo 22.º do Decreto-Lei 197/99 de 8 de junho, a aprovação da repartição de encargos, bem como a assunção de compromissos plurianuais tendo por base a alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro (LPCA). -----

DIVISÃO ADMINISTRATIVA,
FINANCEIRA E DE RECURSOS HUMANOS
Serviços Tesouraria

Resumo dos Fluxos de Caixa até ao dia 10 de setembro de 2015

----- 5 – Presente à reunião para conhecimento o Resumo dos Fluxos de Caixa até ao dia 10 de setembro de 2015, o qual apresenta os seguintes valores: -----

RESUMO DOS FLUXOS DE CAIXA			Data:	10/09/2015
Recebimentos			Pagamentos	
Saldo do dia anterior:		629 543,26	Despesas Orçamentais (*)	7 223 422,05
Execução orçamental	603 477,80		Correntes	3 480 703,67
Operações de tesouraria	26 065,46		Capital	3 742 718,38
			(*) Compromissos	9 581 739,08
Receitas Orçamentais		6 902 374,50	Operações de tesouraria	430 374,33
Correntes	4 092 085,31		Saldo para o dia seguinte:	282 472,13
Capital	2 810 289,19		Execução orçamental	282 430,25
Operações de tesouraria		404 350,75	Operações de tesouraria	41,88
Total		7 936 268,51	Total	7 936 268,51

----- **Deliberação: Tomar conhecimento.** -----



EDUCAÇÃO, CULTURA, DEPORTO AÇÃO SOCIAL E TURISMO

Setor da Educação

**Transportes Escolares – Contrato Interadministrativo
com as Juntas de Freguesia**

----- 6 – Presente à reunião proposta da Senhora Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Sílvia Fonseca Silva, com o seguinte teor: -----

----- “No seguimento das reuniões e contactos efetuados com os Ex.mos Sr.s Presidentes de Junta de Freguesia do Município, para a organização deste ano letivo de 2015/2016, foi-me dado a conhecer que continuam interessados em assumir a responsabilidade dos horários de prolongamento e de apoio às famílias nos pré-escolar e 1.º Ciclo do Ensino Básico bem como os transportes das suas crianças para as respetivas escolas a frequentar. -----

----- Desta forma, e para continuar a garantir um bom e eficiente serviço nesta área tão importante, considerando que a Autarquia já assume o pagamento da técnica e da tarefa, proponho que se celebre um contrato interadministrativo relativo aos transportes escolares, cuja minuta se anexa à presente proposta, para apreciação e deliberação do Executivo Municipal.” ---

----- A Senhora Vice-Presidente propôs, ainda ao Executivo Municipal, a aprovação dos valores constantes do Anexo A, conforme o acordado com os Senhores Presidentes de Junta: -----

Anexo A

Junta de Freguesia	Localidades	Custo diário	N.º dias (Ano Letivo)	Total a Transferir
Alvações do Corgo	Alvações do Corgo	15,00€	192	2.880,00€
Fontes	Tabuadelo/Justos/Santa Quitéria/Paredes	15,50€	165	2.557,50€
Medrões	Medrões	27,00€	192	5.184,00€
Sever	Sever/Banduge/Concieiro Paredes/Mafômedes	50,00€	192	9.600,00€
Lobrigos (São Miguel, São João) e Sanhoane	Laurentim/Sanhoane (percurso A)	13,00€	165	2.145,00€
	S. João de Lobrigos (percurso B)	40,00€	192	7.680,00€

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, a proposta de delegação de competências nas Juntas de Freguesia, bem como, o respetivo contrato**



interadministrativo, e submeter Assembleia Municipal para efeitos de autorização, nos termos da alínea m), do n.º 1 do artigo 33.º e alínea k) n.º 1 do artigo 25.º, ambos do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, respetivamente. -----

Atividades de Enriquecimento Curricular – Retificação da Minuta do Protocolo de Colaboração a Celebrar entre o Município e o Agrupamento de Escolas de Santa Marta de Penaguião

----- 7 – Presente à reunião proposta da Senhora Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Sílvia Fonseca Silva, com o seguinte teor: -----

----- “Na sequência da deliberação em reunião de câmara a 18 de agosto de 2015, e considerando a revogação do Despacho nº 9265-B/2013, de 15 de julho, propõe-se ao executivo Municipal a aprovação da nova minuta de Protocolo de Colaboração anexa à presente ata, retificada de acordo com a Portaria nº 644-A/2015, de 24 de agosto de 2015 e a minuta disponibilizada pela Dgeste, a celebrar entre o Município, Entidade Promotora das Atividades de Enriquecimento Curricular, e o Agrupamento de Escolas de Santa Marta de Penaguião.” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, retificar a minuta do Protocolo de Colaboração a celebrar entre o Município de Santa Marta de Penaguião e o Agrupamento de Escolas de Santa Marta de Penaguião.** -----



Serviços de Desporto

Planos de Desenvolvimento Desportivo do Real Clube Penaguião, Sporting Club da Cumieira e Associação Futebol Clube de Santa Marta de Penaguião

----- 8 – Presente à reunião proposta do Senhor Vereador, José Manuel Moreira Lopes, com o seguinte teor: -----

----- “As nossas Associações desportivas são um património valioso, que projetam e divulgam o nome da nossa marca e têm vindo a desenvolver um enormíssimo trabalho na formação cívica e humana dos nossos jovens. -----

----- A sua atividade dá razão à existência das nossas estruturas onde se pratica desporto que tanto contribui para um crescimento saudável e para a inserção social dos atletas. -----

----- Considerando que as parcerias entre o nosso Associativismo Desportivo e o Município têm obtido resultados muito positivos, tendo vindo a aumentar significativamente o número de praticantes; -----

----- Considerando que o trabalho que desenvolvem possibilitam a toda a população momentos de lazer e entretenimento; -----

----- Considerando que só teremos um enorme futuro se apostarmos no presente e que para colher temos que semear, coloco à consideração do Executivo Municipal a aprovação dos montantes atribuir ao Real Clube de Penaguião, Sporting Club da Cumieira e Associação Futebol Clube de Santa Marta de Penaguião, dos Planos de Desenvolvimento Desporto para a época 2015/2016, bem como minuta dos Contratos-Programa de Desenvolvimento Desportivo, anexos.” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, em conformidade com as alíneas o) e u) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro:** -----

1 - Atribuir as seguintes participações financeiras: -----

a) Real Clube de Penaguião: – 10.800,00€ (dez mil e oitocentos euros); --



- b) Sporting Club da Cumieira: – 2.350,00€ (dois mil trezentos e cinquenta euros); -----
- c) Associação de Futebol Clube de Santa Marta de Penaguião: – 24.000,00€ (vinte e quatro mil euros); -----
- 2 – Os respetivos Planos de Desenvolvimento Desportivo para a época 2015/2016; -----
- 3 – A minuta dos contratos-programa a celebrar entre o Município e cada uma das instituições desportivas. -----

Associação Regional de Natação do Nordeste

Assessoria Técnica – Piscina Municipal

----- 9 – Presente à reunião proposta da Senhora Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Sílvia Fonseca Silva, com o seguinte teor: -----

----- “Considerando que a prática desportiva é um direito fundamental dos cidadãos reconhecida na constituição da República Portuguesa; -----

----- Considerando que a prática de atividades físicas e desportivas, nomeadamente as atividades aquáticas, são perspetivadas como um elemento fundamental de educação, cultura e vida social do cidadão, independentemente da idade, sexo, condição social, religião e habilitações académicas. -----

----- Considerando que a prática da natação é indispensável ao funcionamento harmonioso da sociedade e constitui um importante fator de equilíbrio e bem-estar dos cidadãos e o consequente desenvolvimento desportivo do Concelho, em termos de mais-valias. -----

----- Considerando os benefícios de ordem física decorrentes da repetição de vários gestos atléticos, tanto na reação como no rigor das atitudes de todos os jovens que a praticam. -----

----- Atendendo a que esse fator obriga todos os agentes envolvidos no fenómeno desportivo e na área da formação a esforços de otimização e eficácia permanentes, dos meios e formas da atividade física. -----



----- Assumindo que o aproveitamento integral de tais esforços radica na conjugação das funções e no clima de confiança recíproca entre as instituições que organizam, promovem e apoiam as atividades desportivas. -----

----- Propõe-se ao Exmo. Executivo que autorize a realização do protocolo em anexo." -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, autorizar a despesa no montante de 3.000,00€ (três mil euros), bem como a minuta do protocolo a Celebrar entre o Município e a Associação Regional de Natação do Nordeste.** -----

Serviços do Turismo

Oferta Turística – Tuk Tuk

----- 10 – Presente à reunião informação da Divisão Administrativa, Financeira e de Recursos Humanos, com o seguinte teor: -----

----- “Considerando que, a Empresa Novas Etapas, Animação Turística, Ld.^a, com sede na cidade do Peso da Régua, pretende ajudar os potenciais visitantes a escolher locais a visitar, nomeadamente, quintas, miradouros, adegas, património entre outras atividades, tendo como objetivo dinamizar a região do Douro as suas empresas, bem como os seus produtos; -----

----- Considerando que, gostariam de efetuar passeios no Concelho de Santa Marta de Penaguião, através de veículos Tuk Tuk, modelo de triciclo motorizado com cabine para transporte de passageiros com capacidade até 6 pessoas; -----

----- Considerando que, é um meio de transporte inovador, totalmente elétrico e ecológico que reduz a taxa de CO2 anual em cerca de 8,9t. -----

----- Considerando que, esta oferta turística seria uma mais-valia para todos nós, principalmente para quem nos visita; -----

----- Assim sendo, o requerido é matéria somente de avaliação da oferta turística para o nosso Concelho, pelo fica ao critério de V. Ex.^a a devida autorização." -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, autorizar a Empresa Novas Etapas, Animação Turística, Ld.^a, a efetuar passeios no Concelho de Santa Marta de**

Município de Santa Marta de Penaguião
Câmara Municipal
Ata n.º 19 de 15 de setembro de 2015

Penaguião, através de veículos Tuk Tuk, de acordo com a informação dos Serviços. -----

----- E não havendo mais nada a tratar, a Câmara Municipal, deliberou, por unanimidade, aprovar a presente ata, em minuta, nos termos e para os efeitos consignados no artigo 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, a qual vai assinada pelo Senhor Presidente da Câmara e por mim, António Augusto Amaral Sequeira, Chefe de Divisão, com funções de Secretário que a elaborei. Foi encerrada a reunião quando eram 10:25 horas. -----

O Chefe de Divisão,



(António Augusto Amaral Sequeira)

O Presidente Câmara,



(Luís Reguengo Machado, Dr.)